

Dezembro 2004

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Angola entre os países que mais vão crescer em 2005	1
1.2 Kwanza valoriza-se 9.7% em 11 meses	1
1.3 Ausência de crédito debilita avanço do Comércio	2
1.4 2004 foi um ano positivo, mas sem efeitos na economia real	3
1.5 Pobre Luanda!	3
2 Mercado informal	4
2.1 Assinado acordo para pesquisa	4
2.2 Economia marcada pelo Mercado informal	4
2.3 Comerciantes acusados de corromper inspectores	6
2.4 Agentes comerciais violam legislação	6
3 GOVERNAÇÃO	7
3.1 Governo Angolano recebe rasgados elogios das Nações Unidas	7
4 SERVIÇOS BASICOS	8
4.1 Cisternas abastecem agua a zona baixa da cidade	8
4.2 Novo aterro sanitário entra em funcionamento em Maio de 2005	8
4.3 Cidade regista poucos focos de lixo	9
4.4 Epal prevê informatização do sistema de cobrança	9
5 Paz e reconciliação	9
5.1 O Drama dos deslocados em viana	9
5.2 Roberto de Almeida afirma que 2005 será o ano da consolidação da paz	10
6 TERRA E HABITAÇÃO	10
6.1 Gala teatral sobre a Lei de Terras realiza-se sexta-feira no teatro avenida	10
6.2 Governo confisca 17 prédios rústicos em Luanda	11
6.3 Os Guetos invisíveis de Luanda	12
6.4 Lar do Patriota lança casas em 2005	13

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Angola entre os países que mais vão crescer em 2005

Jornal de Angola...13-12-2004

Angola será a sétima economia do mundo a apresentar um maior aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2005.

A previsão é da Unidade de Investigação Económica (EIU) do grupo Economist. A EIU, na previsão que abrange 190 países de todo o mundo, indica que o PIB deverá crescer 11,6 por cento no próximo ano, uma performance que se deve fundamentalmente ao aumento da produção petrolífera.

Recorde-se que no Orçamento Geral do Estado para 2005, em discussão do parlamento, o Governo angolano prevê que o Produto Interno Bruto cresça 12 % em 2005 contra os 3,4 % do presente exercício.

O salto previsto resultará do aumento da produção do petróleo e das taxas mais dinâmicas nos sectores da agricultura, sicultura e pescas, da construção e obras públicas.

Na sua análise sobre a economia internacional, a EIU prevê que o crescimento económico mundial desacelere para 3 por cento em 2005, após um aumento de 4 por cento do produto em 2004, e alerta para a possibilidade de este abrandamento moderado degenerar numa queda económica mais brusca.

“Os riscos para a economia mundial são excepcionalmente altos” indica a unidade de investigação económica do grupo da revista Economist. Aponta como principais factores de risco o preço internacional do petróleo bruto, a eventualidade de um aumento de taxas de juro, os desequilíbrios nas maiores economias do mundo e os efeitos que isso possa ter nas taxas de juro e o perigo de um abrandamento brusco da economia chinesa.

Na área política, a EIU destaca as elevadas incertezas quanto a evolução da situação no Médio Oriente, nomeadamente na crise Israel/ Palestina e no Iraque, quanto à proliferação de armas nucleares, particularmente no Irão e Coreia do Norte, quanto às relações China/ Taiwan e quanto à eventualidade de novos ataques terroristas.

As previsões da EIU para 2005 colocam a Guiné Equatorial como o país que mais vai crescer (19,4 por cento), seguindo-se a Libéria (15,0 por cento) e o Azerbaijão e Chade (14,0 por cento).

No fim da lista está o Zimbabwe (queda de 3,1 por cento do produto), Costa do Marfim (redução de 1,2 por cento do PIB) e Gabão (crescimento económico de 0,9 por cento). Portugal surge entre as 20 economias a crescer menos, situando-se em décimo nono lugar a contar do fim (prevê-se que a economia portuguesa cresça 0,9 por cento no corrente ano), logo atrás do Reino Unido, com um crescimento económico de 2,2 por cento.

1.2 Kwana valoriza-se 9.7% em 11 meses

Jornal de Angola...19-12-2004

A moeda nacional começa a apresentar um perfil mais adequado para transacções

A moeda nacional registou valorização face ao dólar norte-americano de 0,6 por cento no mercado formal, de 1 a 30 de Novembro do corrente ano, tendo se mantido estável no mercado informal.

Desde o início do ano, a variação acumulada foi de 9,7 por cento no mercado formal e de 5,9 por cento no informal. Esses números, por si, mostram que existe espaço para uma queda bem mais acentuada no nível geral de preços na cidade de Luanda. Apenas factores exógenos, que fogem ao controlo das Autoridades Monetárias, como por exemplo, problemas de abastecimento interno, podem influenciar a tendência de queda da inflação em Angola.

Os dados macro económicos mais recentes levam a acreditar que existem fundamentos para que a taxa de inflação mantenha a sua tendência de queda. Para tanto, as autoridades monetárias deverão continuar o controlo sobre o nível de liquidez do sistema económico, ao mesmo tempo que o Governo prepara as medidas de incentivo ao desenvolvimento do sector produtivo nacional.

Ao longo do corrente ano a taxa de câmbio tem apresentado crescimento bem inferior à taxa de inflação, o que mostra uma valorização (apreciação) da moeda nacional em relação ao dólar norte-americano. No mercado formal, a moeda norte-americana foi cotada ao Kz 86,90 por cada dólar para venda no dia 30 de Novembro, contra Kz 79,20 por cada dólar, em 31 de Dezembro de 2003. O saldo do papel-moeda em

circulação no final de Novembro de 2004 era de Kz 40.296 milhões, contra Kz 40.592 milhões em Dezembro do ano passado, revelando contracção de 0,7 por cento no ano, comportamento que reflecte o nível de estabilização económica existente no país.

O Meio Circulante nacional já começa a apresentar um perfil mais adequado às conveniências da população e em pouco tempo as transações comerciais de qualquer valor poderão ser feitas tendo o kwanza como referência.

A 9 de Julho passado (véspera do lançamento das novas denominações de cédulas de kwanza), as cédulas de 100 e 50 kwanzas representavam 98,1 por cento do total financeiro das cédulas em circulação, sendo 80,6 por cento de cédulas de Kz 100,00 e 17,5 por cento de cédulas de Kz 50,00.

No dia 30 de Novembro, esse perfil já era bem diferente: 23,4 por cento de cédulas de Kz 100,00; 6,8 por cento de cédulas de Kz 50,00; 15,2 por cento de cédulas de Kz 200,00; 24,5 por cento de cédulas de Kz 500,00 e 26,1 por cento de cédulas de Kz 1.000,00.

Não se perdeu de vista nesse período o abastecimento do mercado de cédulas de baixo valor para troca. Assim é que as cédulas de Kz 1,00; Kz 5,00 e Kz 10,00, que representavam apenas 1,9 por cento do total das cédulas em circulação no dia 9 de Julho, passaram a representar 4,0 por cento em valor e 53,9 por cento em quantidade no final de Novembro.

NOVEMBRO REGISTA TAXA DE INFLAÇÃO DE 1,89%

O nível geral de preços ao consumidor na cidade de Luanda apresentou aumento de 1,89 por cento, no mês de Novembro, taxa que se situa dentro da média da variação de preços mensais neste segundo semestre do ano (1,61 por cento), mas muito inferior à taxa mensal verificada no primeiro semestre (2,83 por cento).

Este foi o sexto mês consecutivo que o IPC-Luanda apresentou taxa de crescimento inferior a 2 por cento, o que revela o bom desempenho das políticas monetária, cambial e fiscal praticadas pelo Governo no corrente ano. No período de Janeiro a Novembro, a taxa de inflação acumulada atingiu 28,0 por cento, contra 68,8 por cento em igual período do ano passado. Nos últimos doze meses a variação foi de 33,9 por cento taxa que se mostra em queda desde Junho de 2003, quando havia atingido 110,7 por cento.

Apesar da elevação mais acentuada dos preços de alguns produtos, os resultados apurados para os onze

primeiros meses do corrente ano estão a indicar que a política económica adoptada pelo Governo desde o início do ano passado tem sido bastante eficiente no que diz respeito ao processo de estabilização dos preços na economia do país.

O comportamento da inflação no mês de Novembro foi fortemente influenciado pelo aumento dos preços do gásóleo e da gasolina, com 54,5 por cento e 48,8 por cento, respectivamente. Este aumento dos preços dos combustíveis representou uma redução no nível do subsídio concedido pelo Governo o qual estava a prejudicar bastante as finanças do país, além de beneficiar apenas uma pequena parcela da população. Com a redução do subsídio, o país passou a poupar recursos preciosos que serão direccionados para áreas prioritárias do Governo, como a saúde educação e as obras de infra estrutura, com benefício mais amplos para a população em geral.

A classe “Alimentação e Bebidas não alcoólicas”, embora não seja a que apresentou a taxa mais elevada, foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços em Novembro (0,74 por cento), seguida da classe “Transporte” com 0,51 por cento. Todas as demais classes apresentaram variação insignificante.

O aumento dos preços dos derivados de petróleo (gasolina, gásóleo, gás e táxi colectivo) tiveram uma participação de 0,65 pontos percentuais sobre a taxa de inflação de Maio. A exclusão desses aumentos de preços fariam a inflação de Novembro cair para o patamar de 1,24 por cento, portanto abaixo da média do período Julho a Outubro deste ano (1,54 por cento).

As classes “Alimentação, e Bebida não alcoólica” contribuíram, sozinhas, com 1,25 pontos de percentagem para a inflação de Novembro, restando, portanto, 0,64 pontos para todas as demais classes de bens e serviços

1.3 Ausência de crédito debilita avanço do Comércio

Angop...23-12-2004

A ausência de um fundo ou de uma linha de crédito para a promoção e desenvolvimento do comércio, visando o financiamento dos comerciantes angolanos, com taxas de juros bonificadas foi hoje apontada pelo titular do sector, Joaquim Icuma Muafumba, como sendo um dos aspectos que debilita o avanço do sector.

O Governante fez essas declarações durante uma assembleia de trabalhadores, realizada no edifício Palácio de Vidro, em Luanda, após o empossamento de novos membros do seu ministério a cargos de direcção.

Segundo o ministro, o desequilíbrio acentuado entre o crescimento demográfico da população e o crescimento e distribuição geográfica da rede comercial, com um deficit 58 mil e 900 estabelecimentos comerciais em todo território nacional, particularmente nas zonas suburbanas e rurais é outra dificuldade com que o sector se debate.

Joaquim Icuma considerou também a inexistência de infra-estruturas de controlo de qualidade de bens e serviços e de um instrumento jurídico legal para a aplicação de medidas de salvaguarda, com vista a protecção da produção nacional, como sendo outro aspecto negativo do comércio em Angola. Na mesma senda, o ministro, apontou ainda a ausência de um instrumento de regulação do mercado e de preços de produtos básicos e essenciais para o abastecimento a população. O titular da pasta do Comércio reconheceu a existência da Base Jurídico Legal para o exercício de 11 actividades comerciais em todo território nacional, como sendo ponto forte do sector. Do mesmo modo, referiu, a execução do Programa de Reforma, Normalização e Modernização do Comércio Interno no país, o surgimento de novas infra-estruturas comerciais, construídas através de fundos dos próprios comerciantes como sendo um forte. (...)

A criação de um Centro de Facilitação Comercial e realização de um esforço institucional, no sentido de integrar grande parte do sector informal na economia formal, assim como a reabilitação e apetrechamento do Laboratório Nacional do Comércio, figuram entre as perspectivas do sector para os próximos ano

1.4 2004 foi um ano positivo, mas sem efeitos na economia real

Apostulado...29-12-2004

A Associação Industrial de Angola (AIA) reconhece um «ano positivo, mas sem efeitos na economia real». Em entrevista à Ecclesia, o presidente da agremiação, José Severino, saudou os êxitos como o crescimento do PIB, da carteira dos créditos, da produção do petróleo e dos diamantes bem como a contenção da inflação. Considera estes elementos como base de «melhores perspectivas para 2005». «Oxalá que (o crescimento da economia mineral – petróleo e diamantes) se torne alavanca do crescimento da economia real, que paga salários que incentivam o consumo que desenvolve a economia», completou.

A seu ver, o ano cessante falhou na questão do emprego, na estagnação do consumo e na asfixia do empresariado regular pela actividade informal. Defende

que todos estas questões comecem a merecer o intenso tratamento no Conselho Nacional de Concertação Social. Advoga a ampliação da actividade bancária, a eliminação do imposto de consumo e que o Estado compre mais no mercado nacional. (...)

Sector privado

Severino avalia o sector privado com desempenho ainda fortemente condicionado pelos rescaldos da guerra, mormente a degradação das estradas, a crise de energia e o mercado informal. Seja como for, completou, há sinais de despertar consoante as áreas geográficas, com a província da Huíla a acusar um empenho «encorajador». Acredita que Benguela pode acertar o passo proximamente ao ritmo da reabilitação do Caminho de Ferro de Benguela e da implementação do programa público de superação da crise de energia na região. Quanto a Luanda, que descreveu como «a maior praça económica do país», acha-a afectada pela envergadura avassaladora do mercado informal. Para si, este trepidante sector (o informal) «asfixia, pela concorrência desleal, a actividade produtiva nacional». Asfixia não só o comércio, mas também, no seu ponto de vista, «a produção nacional» através da fuga à tributação, aos impostos de selo, industrial e de rendimento. «Algo deve ser feito para salvar a economia real, apostando nas pescas, agricultura e materiais de construção», acrescentou. Em termos de rentabilidade, Severino indica que os operadores privados têm se saído positivamente sobretudo «nos serviços, onde enfrentam menos despesas estruturais».

1.5 Pobre Luanda!

Agora...25-12-2004

Não se nota, por parte do Governo, nenhum empenhamento tendente a reclassificar os musseques e torná-los em lugares mais dignos para seres humanos viverem.

As chuvas que se têm abatido, sobre a cidade capital destapam outra das calamitosas facetas desta que já foi das mais lindas Cidades africanas, hoje, transformada num dos piores lugares do mundo para se viver. Nem por isso têm sido chuvas torrenciais, mas, e apesar de que a situação se vem arrastando há vários anos, as precipitações pluviosas provocam resultados que devido à incapacidade dos sucessivos Governos central e de Luanda e da Comissão de Gestão já se tornaram habituais e normais mortes, habitações destruídas, inundações, engarrafamentos, entre outros males e transtornos. Ao invés de fazer trabalho de bombeiro, o governo deveria antecipar-se às tempestades e limpar a rede de esgotos e sajetas, na época seca. Apesar de o anterior coordenador deste órgão que dirige Luanda, Higinio Carneiro, ter recebido um voto de confiança do Presidente da República, o seu trabalho foi um rotundo

fracasso. As visitas que Job Capapinha está a efectuar aos municípios não passam de operações de charme, pois, os problemas há muito estão identificados. Então, basta que os solucione. Os musseques transformam-se em autênticas lagoas e pântanos e não se vê qualquer esforço das autoridades tendente a alterar o calamitoso cenário. O lixo, cuja eliminação, que tarda a acontecer, foi a razão principal por que se apostou na indesejada Comissão de Gestão, abunda na cidade, com as consequências que já se conhecem: doenças, cheiro nauseabundo, constrangimentos, etc. Estes problemas arrastam-se há anos, mas as autoridades têm-se revelado impotentes ou desinteressadas em resolvê-las. Por exemplo, tristemente celebre Lagoa de S. Pedro, no Cazenga, continua a desassossegos os moradores locais, e não só, apesar das promessas feitas pelo governo de transferir os moradores locais para áreas com melhores condições para um ser humano viver. Os desgraçados continuam ali a enfrentar todos os perigos que a situação acarreta. Infelizmente, os Governos central e provinciais não têm prestado a merecida atenção ao lixo, à falta de esgotos e não funcionamento dos que existem, aos buracos nas estradas e os resultados estão visíveis, com particular incidência nos musseques. Não se conhece nenhum empenhamento tendente a reclassificar-se subúrbios como o Sambizanga, Cazenga, Rangel, Rocha Pinto, etc. áreas onde, aliás, vive a esmagadora maioria da população de Luanda. No bairro S. Paulo, as ruas Comandante Bula e Cristiano dos Santos apresentam há muito um aspecto degradante, com buracos e águas putrefactas à mistura da poeira, já nem se fala.

É urgente acabar-se com a situação de miséria e deprimente em que tais zonas se encontram. Basta que para tal se cortem as despesas com coisas supérfluas e fúteis e se façam maiores investimentos sociais que se reflectam num melhoramento do nível de vida da população. Os chineses, donos de projectos urbanísticos de comprovada qualidade e baratos, poderiam ser uma opção. Luanda enfrenta gravíssimos problemas causados pelas constantes interrupções no abastecimento de água, cortes de energia eléctrica - o que se passa com Kapanda?-, inadequada assistência, médica e medicamentosa, para além dos elevados índices de criminalidade, para os quais concorre o desemprego e falta de acesso à escola a que os jovens desfavorecidos estão votados.

Esta é a Luanda nua e crua.

2 MERCADO INFORMAL

2.1 Assinado acordo para pesquisa

Actual...06-12-2004

Um acordo que habilita a Universidade Católica de Angola (UCAN) a servir de unidade anfitriã de pesquisa sobre as micro, pequenas e médias empresas foi assinado recentemente em Luanda. O documento foi rubricado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD-Angola, e a UCAN. Segundo o acordo, a UCAN - com apoio do Programa Empresarial Angolano (PEA), irá realizar actividades de pesquisas com a colaboração de um consórcio composto por Organizações Não Governamentais: a Development Workshop (DW), Netherlands Development Organization (SNV) e a Acção para Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

A UCAN e os seus parceiros irão também realizar estudos e pesquisas para produzir uma base de dados e informações relevantes sobre micro, pequenas e médias empresas. Para este trabalho prevê-se a criação de um acervo de conhecimento baseado nestas três categorias empresariais com matérias relativas ao sector informal. Através da divulgação da informação e análise, a Unidade Anfitriã de Pesquisas irá contribuir para a definição de políticas públicas apropriadas e de uma estratégia nacional para o desenvolvimento e crescimento do sector das micro, pequenas e médias empresas de Angola.

De acordo com o memorando, a primeira actividade de pesquisa, a ser efectuada a partir deste mês (Dezembro) a Maio de 2005, consta de um estudo de diagnóstico sobre as micro, pequenas e médias empresas, cujo objectivo é obter dados sobre estes três sub-sectores.

Especificamente, segundo o acordo, o diagnóstico tem como finalidade a obtenção de um perfil dos empresários, o tipo e a natureza das suas empresas, identificar os seus problemas e constrangimentos, bem como avaliar as necessidades para melhorar o desempenho das suas empresas.

O Programa Empresarial Angolano - uma Parceria Público Privada entre o PNUD, a Chevron- Texaco e o Governo angolano, visa promover o desenvolvimento do sector das micro, pequenas e médias empresas em Angola.

2.2 Economia marcada pelo Mercado informal

Angolense...07-12-2004

Os comerciantes envolvidos no comércio informal

continuam a ter forte influência na hora de ditar as regras do jogo na economia angolana, movimentando diariamente milhões de dólares. Com a falta de controlo dos fluxos do negócio, em que os comerciantes não pagam os devidos impostos ao Estado, o país deixa de arrecadar elevadas somas, que poderiam servir para fortalecer os cofres públicos

Num país marcado fortemente pelo espectro do desemprego, grande parte da população refugiou-se no mercado informal com o intuito de garantir a subsistência. Contudo, com o passar dos anos o comércio paralelo foi ganhando cada vez mais espaço, ao ponto do mercado do Roque Santeiro, ser considerado por muitos como a “bolsa de valores do país”.

A influência do maior mercado informal nacional é tal, que qualquer alteração no comportamento dos preços e na taxa cambial praticada no local tem logo a seguir fortes repercussões nos outros postos de venda informais e até nas superfícies comerciais legalizadas. Por outro lado, apesar das constantes rupturas no stock de alguns supermercados, o Roque Santeiro abastece um número considerável de pessoas com regularidade.

E grande a moldura humana que diariamente se desloca ao local, onde se estima que existam cerca de 20.000 vendedores. Logo à entrada do mercado, centenas de homens e mulheres não se coíbem de abanar avultadas somas em dólares e kwanzas num convite para fazer o câmbio informal de moedas; “Aqui ganha-se muito dinheiro”, foi logo avisando Manuel Panzo, que há nove anos sobrevive do trabalho feito no mercado do Roque Santeiro.

E com conhecimento de causa que Panzo fala dos lucros conseguidos pelos comerciantes no mercado, uma vez que há nove anos dedica-se ao câmbio informal de dinheiro, no Roque Santeiro.

Explicou que começou a trabalhar apenas com 1,000 dólares, mas que hoje movimenta 5,000, fora os lucros diários.

Quem também está satisfeito com o negócio é Manuel João, que movimenta diariamente mais de 10,000 dólares.

Revelou que o sucesso do seu negócio só tem sido possível graças ao apoio de funcionários bancários que colocam nas suas mãos dinheiro, com o objectivo de conseguir largas margens de lucro.

A alegria do negociante é ainda maior quando consegue clientes oriundos das zonas diamantíferas do Leste do

país; “Nesses dias levo muito dinheiro para casa, porque são clientes que trocam muitos valores num só dia», explicou. Já, Domingas, que há vários anos se dedica ao mesmo negócio garante que não aceitaria largar o comércio informal por um emprego fixo, «Isso jamais, porque em nenhum outro sítio me pagariam 200 dólares por dia», afirmou, esboçando um largo sorriso.

O domínio do comércio informal não se circunscreve apenas ao câmbio informal de dinheiro, mas estende-se até ao comércio de bens alimentares a grosso, é o que faz Rita, vendedora de produtos alimentares de primeira necessidade, “Atendo muitas pessoas por dia”, frisou.

Para os clientes que afluem aos postos de venda informal, essa é a única forma de garantirem o binómio preço baixo e garantia de acesso ao produto; «Já tentei diversas vezes ir as lojas legalizadas, mas desisti porque para além do preço ser alto, falta muita coisa», justificou Helena, que habitualmente se desloca ao mercado do São Paulo para fazer compras,

O Estado perde muito

O Economista Fiel Constantino, consciente do impacto do comércio informal na economia nacional, chamou a atenção para a necessidade do Governo registar esses negociantes, no sentido de se saber “o seu peso real no contexto da economia do país”. “E que quando fizemos o cálculo do Produto Interno Bruto (PIE), só podemos contabilizar aquelas actividades que estão registadas e pagam imposto, mas as actividades rentáveis que fogem do controlo não são contabilizadas”, explicou.

Fiel Constantino defendeu ainda que a influência do mercado informal na economia angolana não deve ser ignorado, uma vez que sustenta milhões de pessoas e é responsável por um volume considerável do dinheiro que circula”. Contudo, Fiel Constantino realçou também que o elevado índice de pessoas a realizar o comércio não controlado, muitas das vezes na berma das estradas, cria “sérios distúrbios”; “São indivíduos que desenvolvem actividades economicamente rentáveis, mas que não são tributadas”, lamentou.

A fonte que temos vindo a citar explicou ainda que a opção pelo mercado informal resulta da tentativa das populações de “resolver os graves problemas sociais que enfrentam», uma vez que o comércio devidamente legalizado não consegue absorver grande parte da população.

O aludido especialista realçou ainda que o Governo perde também no domínio da arrecadação de receitas para os cofres do Estado, uma vez que acredita que

grande parte da mercadoria que circula nos mercados informais entra no país de forma ilegal, sem pagar os impostos aduaneiros.

“Muitos produtos chegam ao país de forma clandestina, sem pagar uma série de despesas”, frisou, para mais adiante apontar esse factor como uma das causas para os preços mais competitivos praticados pelos comerciantes que estão a margem da lei.

Mudanças no concenrente ao comércio ilegal só serão produzidas segundo o economista, caso seja reforçada a legislação que conduza a uma fiscalização que vele pelo cumprimento escrupuloso da lei.

O apoio as comunidades rurais e a reconstrução das infra-estruturas danificadas durante a guerra civil que grassou o país, seria também uma medida a ter em conta, uma vez que grande parte das pessoas envolvidas nesse tipo de negócio abandonaram as suas zonas de origem em busca de segurança e melhores condições de vida.

2.3 Comerciantes acusados de corromper inspectores

Jornal de Angola...11-12-2004

COMERCIANTES têm aliciado alguns inspectores no sentido de fazerem inspecções antecipadas aos seus estabelecimentos em troca de bens ou dinheiro. A denúncia é do director do Gabinete de Inspecção das Actividades Comerciais do Ministério do Comércio, Vieira Guedes da Costa, tendo revelado que, este ano, seis inspectores foram punidos disciplinarmente por aderirem a esse tipo de conduta.

Em entrevista à Angop, o responsável disse que a situação acontece por haver certa susceptibilidade ou fragilidade da parte dos agentes da inspecção, que não dispõem meios, até mesmo de trabalho, como transporte, meios financeiros para as deslocações, telefones, máquinas fotográficas, entre outros.

"Os agentes comerciais fazem isso com objectivo de protegerem os seus estabelecimentos, para quando outras brigadas de inspecção passarem pelo estabelecimento encontrarem já a visita efectuada. Portanto, há um certo aliciamento", afirmou o inspector.

Na sua óptica, quem fiscaliza uma instituição que está fora da lei e encontra bens que ele não tem, se torna num indivíduo vulnerável. "A escassez desses meios dão azo a outras situações entre elas o suborno e a corrupção".

Vieira Guedes referiu que, independentemente a isso, têm feito trabalho de educação, chamadas de atenção, formação e capacitação dos próprios quadros sobre os inconvenientes e as consequências que podem advir por incumprimento ao regulamento da actividade. Fri-

sou que nos próximos tempos os serviços de inspecção terão um fundo de maneiço com vista a cobrir as dificuldades do sector de inspecção.

2.4 Agentes comerciais violam legislação

Jornal de Angola...13-12-2004

A falta de afixação de preços dos produtos as lojas, de higiene, a especulação e o açambarcamento constituem as principais infracções à legislação comercial, cometidas pelos comerciantes e agentes económicos no país.

A informação foi avançada ontem, em Luanda, pelo director do Gabinete de Inspecção das Actividades do Comércio (GIAC), do Ministério do Comércio, Vieira Guedes da Costa.

Durante os serviços de inspecção aos estabelecimentos comerciais foram identificadas 510 infracções que resultaram em multas.

Além disso, ressaltou o responsável, foram instruídos cerca de 100 processos, apreensão de 50 mercadorias, bem como o procedimento de recolha de 30 amostras de produtos para análise em laboratório em vários locais de produção e de venda de bens alimentares.

Foram igualmente efectuadas 1006 visitas aos estabelecimentos comerciais da rede retalhista, 670 aos grossistas e 200 aos de prestação de serviços.

Vieira Guedes frisou que a actividade dos inspectores não se cinge apenas em verificar infracções ou na acção repressiva e negativa, mas também pedagógica, educativa e preventiva, visando a formação dos agentes económicos.

A nossa acção vai sobretudo para corrigir e indicar o que eles devem fazer enquanto agentes do sector do comércio", reiterou. As correcções feitas aos comerciantes, durante o ano em curso, sortiram os seus efeitos, segundo a fonte, embora a rede comercial do país ainda não seja normal por causa das distorções da cadeia comercial' isto é, o produtor, o grossista e o retalhista não seguem a sequência de distribuição dos bens até ao consumidor final, vendendo-os a qualquer indivíduo.

Por outro lado, grande parte dos comerciantes existentes é ainda emergente e sem formação profissional, daí a violação constante do circuito normal de venda dos bens, embora alguns o façam por desobediência.

De acordo com a fonte, os grossistas despacham os seus produtos a qualquer comprador, alegando que é para escoar facilmente a mercadoria e deste modo,

obtem lucro fácil e rápido.

"Sempre que estamos no terreno com as brigadas, todas constatações verificadas a este nível o passíveis de contração ou críticas consoante o caso", esclareceu o inspector.

3 GOVERNAÇÃO

3.1 Governo Angolano recebe rasgados elogios das Nações Unidas

Angolense...18-12-2004

A intervenção do governo Angolano no âmbito da resolução dos grandes problemas sócio-económicos que afectam o país mereceu esta semana referências bastante positivas por parte de duas instâncias do sistema das Nações Unidas. A segunda Comissão da Assembleia-Geral da ONU que trata das questões económicas e financeiras e o Programa Alimentar Mundial (PAM), foram as duas estruturas que fizeram pronunciamentos muito simpáticos para a desgastada imagem do Governo angolano.

Como se sabe Angola é já um habitual frequentador, nos lugares mais cimeiros, das listas internacionais mais problemáticas, que regularmente são publicadas pelas mais diversas organizações que por este mundo se ocupam das questões do desenvolvimento humano, social e económico:

Curiosamente o governo Angolano surge agora. Na lista do Programa Alimentar Mundial como sendo um dos dez principais doadores de ajuda humanitária para, reparem bem, Angola.

E exactamente este o destaque conferido pelo PAM ao colocar Angola na quarta posição entre os 10 principais doadores daquela agência que tem sob a sua responsabilidade a alimentação de um milhão de angolanos carentes.

Em comunicado distribuído em Luanda Programa Alimentar Mundial da Nações Unidas (PAM) deu a conhecer quarta-feira última que tinha dado entrada nos seus cofres uma doação de 4 milhões de dólares americanos do Governo de Angola para assistir cerca de 1 milhão de pessoas necessitadas, na sua maioria antigos deslocados e refugiados Angolanos.

Esta contribuição, segundo o mesmo comunicado, coloca o Governo Angolano na lista dos dez maiores doadores do PAM-Angola para o biénio 2004/2005 e

será usada para adquirir cereais e sal no país e na região.

Esta contribuição demonstra claramente que Governo Angolano está empenhado em trabalhar em parceria com o PAM em prol da luta contra a fome", sublinhou Rick Corsino, Director do PAM em Angola.

A doação Angolana acontece numa altura em que a agência da ONU debate-se com uma crítica falta de recursos devido a fraca resposta aos apelos para apoiar o programa do PAM de apoio ao retorno e reassentamento no país. O dinheiro doado pelo Governo Angolano é suficiente para adquirir cerca de 6,600 toneladas de alimentos", o suficiente para assistir cerca de 400,000 retomados com rações completas durante um mês.

Até ao momento o PAM recebeu cerca de 70 milhões de dólares americanos para as suas operações em Angola para o actual programa de ajuda humanitária. Segundo estimativas, a agência necessita ainda de 53 milhões de dólares americanos para assistir cerca de um milhão de Angolanos até o fim de 2005. "A contribuição é bastante significativa e serve de testemunho do desejo do Governo em comprometer mais recursos para o bem-estar do seu povo", disse Corsino. O Director do PAM acredita que "a doação governamental dará confiança a outros doadores para que apoiem os esforços do PAM para assistir às populações carentes do país".

Os produtos adquiridos com a contribuição Angolana serão maioritariamente distribuídos nas províncias de Benguela, Bié, Huambo, Kwanza-Sul e Moxico.

Assembleia-Geral da ONU pressiona FMI a apoiar Angola. Por seu lado Comissão de Economia e Finanças da AG da ONU adoptou por consenso, de acordo com um despacho da Angop datado de Nova-Yorque, uma resolução onde se defende a necessidade de se prestar assistência internacional ao Governo angolano.

Os esforços do executivo liderado por JES são elogiados pela forma afincada como tem trabalhado para facilitar o processo de assistência humanitária e a continuação da obra iniciada para a manutenção da paz e segurança nacional, componentes necessários para a reconstrução, reabilitação e estabilização económica do país. A necessidade da realização da conferência internacional de doadores é igualmente referenciada no texto da 2a Comissão da AG que solicita as instituições financeiras internacionais a tomar todas as medidas necessárias para a preparação do referido evento, para um desenvolvimento e reconstrução a longo prazo,

incluindo assistência económica.

O documento encoraja o governo a prosseguir os seus esforços em alocar mais recursos, isto é, do ponto de vista orçamental, em projectos de desenvolvimento social, redução da pobreza com o intuito de alcançar um crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

A adopção da Estratégia de Redução da Pobreza é também descrita no documento que faz um apelo ao governo, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional a manterem o seu engajamento com o objectivo de a mesma vir a ser endossada, rapidamente pelo Banco Mundial e o Fundo Mundial Internacional, bem como o apoio contínuo da comunidade internacional para a sua implementação.

Os esforços do Governo relativamente a criação de condições para os seus cidadãos, o regresso de refugiados e populações internamente dispersas, são igualmente matéria de abordagem nesta resolução. Exorta a comunidade doadora, e no quadro de uma cooperação sul, a aumentar o seu apoio nas restantes necessidades humanitárias em Angola. Esta resolução referencia ainda a aprovação da Lei Nacional e do Plano Estratégico para o combate ao HIV/SIDA, que têm como objectivo o reforço da cooperação entre o governo, sociedade civil e parceiros internacionais.

O documento pede a todas instituições nacionais e internacionais, regionais e sub-regionais a apoiar o Governo angolano nos seus esforços para aliviar a pobreza, consolidar a paz e democracia contribuir para uma estabilidade económica por todo país e implementar com sucesso os programas estratégicos de desenvolvimento económico.

Faz ainda ênfase ao empenho contínuo do Governo em matérias relativas à boa governação, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, incluindo os recursos naturais e apela as organizações internacionais a incrementar o seu apoio para a promoção de melhores práticas comerciais. Acolhe, (ai resolução) satisfatoriamente a decisão de Angola aderir ao Mecanismo Africano de Revisão Financeira.

4 SERVIÇOS BASICOS

4.1 Cisternas abastecem agua a zona baixa da cidade

Jornal de Angola...12-12-2004

A parte da cidade de Luanda privada de água desde a semana passada, devido à uma ruptura na conduta de 800 milímetros nas imediações do mercado do Kinaxixi, no município da Ingombota, será abastecida de água por cisterna.

Esta solução foi encontrada pela Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) em parceria com a Elisal e prevê o abastecimento duas vezes ao dia, gratuitamente, nas Zonas do Kinaxixi, Chicala, largos do Ambiente, dos Trapalhões.

As equipas técnicas da EPAL continuam a trabalhar no sentido de se reparar a conduta, mas se desconhece quanto tempo levará. A ruptura da conduta ocorreu na semana passada nas proximidades do mercado do Kinaxixi, privando parte considerável do município da Ingombota.

4.2 Novo aterro sanitário entra em funcionamento em Maio de 2005

Jornal de Angola...14-12-2004

O futuro aterro Sanitário, a ser erguido no município de Cacuaco, poderá entrar em funcionamento no mês de Maio do próximo ano, com a chegada ao país de material, como geio-membrana, e da criação de toda as infraestruturas de apoio.

O dado foi avançado ontem à imprensa durante a visita de campo efectuada pelo coordenador da Comissão Administrativa de Gestão da província de Luanda, Job Capapinha, às empresas privadas, operadoras de resíduos sólidos, nomeadamente a Brigada Especial de Limpeza (BEL), ligada à Casa Militar, SGO Ambiental e à Envirobac, localizadas nos municípios de cacuaco e Viana respectivamente. O referido geio-membrana, a ser adquirido pelo governo Angolano, com vista a se acabar com o problema dos resíduos sólidos em Luanda, é uma espécie de tapete que será estendido ao sol para não permitir que o lixo penetre no subsolo em, caso de chuvas. (...)

O director-geral da Elisal frisou ainda que caso se ultrapassem os “dois meses que ainda restam do aterro do Golf II, o GPL vai encontrar soluções transitória para a deposição do lixo ate a conclusão do aterro sanitário no Munlevos município de cacuaco. Entretanto Job Capapinha mostrou-se descontente com a actuação das operadoras privadas de lixo. De acordo com ele, têm-se cingido mas na recolha dos detritos colocados nos contentores e escusam-se a varrer os residuos que encontram nas ruas, violando assim umas das clausulas previstas nos contratos assinados .

Enquanto isso as operadoras visitadas apresentaram uma série de preocupações sendo a principal os actuais métodos de pagamento das verbas acordadas, tendo por isso recebido garantia do coordenador da comissão Administrativa na definição, já junto do Ministério das finanças, de um outro modelo de pagamento com vista a não complicar as operações das empresas na operação do seu trabalho.

4.3 Cidade regista poucos focos de lixo

Jornal de Angola...27-12-2004

A capital do país despertou ontem, após o dia de Natal, parcialmente limpa e com reduzidos focos de lixo, apresentando desta forma um saneamento básico bastante exemplar em relação ao evidenciado nos anos anteriores.

Segundo uma ronda efectuada pela nossa equipa de reportagem pelas várias artérias da cidade, as pequenas bases de lixo estão registadas nas zonas do S. Paulo e Combatentes, onde os moradores, principalmente os residentes nos prédios, por falta de condições, deixaram os seus resíduos nas entradas dos respectivos edifícios.

Embora a existência de alguns contentores de lixo bastante abarrotados, as ruas com ligeiros vestígios de latas, caixotes e os pequenos “montes” de lixo sejam pormenores importantes, podemos constatar que a população luandense procurou cumprir com as regras de higiene básicas e apresentar, depois das festas natalícias, uma cidade limpa.

Para uma cidade que “despertou” tranquilamente, devido aos movimentos e as festas do 25 de Dezembro, Luanda apresentou, em quase todos os seus municípios, um saneamento básico relativamente melhorado, facto que se constatou pela inexistência da criação de novos centros de lixo.

As concentrações de lixo registaram-se mais e grandes quantidades, nos centros de depósito já existentes, que foram usados por muitos cidadãos durante as festas como via de escape para deposição dos seus detritos.

Samuel Domingos, um dos cidadãos interpelados pela nossa reportagem, adiantou que mesmo com o número reduzido de depósitos de lixo, “as pessoas procuraram ter o máximo cuidado, para não sujar ou deitar os seus detritos sem antes os proteger com um saco ou qualquer outro invólucro”.

4.4 Epal prevê informatização do sistema de cobrança

Jornal de Angola...27-12-2004

A implementação de um novo sistema de cobranças informatizado constitui uma das prioridades da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) para o próximo ao anunciou, ontem, em Luanda, o presidente do Conselho de Administração da empresa, Lucrécio Costa.

Ao discursar na cerimónia de cumprimentos de fim-de-ano da empresa, o presidente acrescentou que para complementar o sucesso desta pretensão será construído um novo edifício sede e novas agências de cobranças nos municípios do Cacucaco, Samba e Benfica.

Segundo ele, esta medida visa assegurar um, abastecimento de água em quantidade, qualidade e regularidade com vista ao melhoramento da qualidade de vida da população.

Para o próximo ano, a EPAL perspectiva aperfeiçoar a cooperação com as empresas de águas de Portugal, Reino Unido; Brasil e Ama, do Sul, bem como concluir a reformulação da organização interna para garantir a sua sustentabilidade financeira.

Lucrécio costa reconheceu que a sua equipa ainda não conseguiu ultrapassar o problema da gestão financeira deficiente, do tarifário inadequado, da impotência operacional no domínio da cobrança, da baixa qualidade de serviços da exígua capacidade de investimentos com que se debatia a empresa quando tomou posse há três anos.

- De acordo com ele, estes obstáculos só serão vencidos se todos os funcionários da EPAL darem o seu saber, rigor operacional e auto-didatismo em prol dos objectivos traçados

5 PAZ E RECONCILIAÇÃO

5.1 O Drama dos deslocados em viana

jornal de Angola...15-12-2004

São 1438 os deslocados encurralados em Viana, numa superfície de apenas 105 metros de comprimento por 65 de largura, originários do Huambo, bié e do bengo. A vida quotidiana dos deslocados há muito que perdeu sentido.

Na verdade atingiram-se os limites do tolerável para o género humano, no centro de deslocados do município

de Viana, província de Luanda. Falta de tudo um pouco, basta dizer que desde 1998 que as organizações não governamentais e o próprio governo deixaram de apoiar convenientemente aquele centro. A reportagem do Jornal Terra Angolana esteve no local, viu e ouviu o lamento dos cidadãos acoissados por dificuldades de toda a ordem. Catarina Santos, coordenadora do grupo da Província do Huambo disse que a situação naquele local é péssima, e que as forças vivas desta nação não têm feito nada de concreto para os deslocados que se encontram no Centro da Zona 10. "Os homens e mulheres para sobreviverem dependem de «biscatos», enquanto os jovens, desempregados e frustrados, se dedicam ao alcoolismo, às drogas e à prostituição", revelou. Para Moisés Chissolé ou simplesmente «Mil i+deias» os deslocados das três províncias, estão esquecidos há quatro anos. «Em cada tenda, vivem mais de sete famílias, número que ultrapassa a média prevista».(...) O HCR no acto de repatriamento assegurou-nos que as condições em Angola estavam tratadas, mas a verdade é esta", disse.

SERVIÇOS BASICOS

No centro da zona 10 os doentes não recebem assistência médica nem medicamentosa. As crianças acabam por ser as principais vítimas da negligência daquelas que seriam. as autoridades competentes. No local, existem duas salas de aulas, mas uma delas já se transformou em «casa mortuária». Quando alguém morre, os estudantes deixam a sala e ninguém se preocupa com as consequências nefastas aí decorrentes. Todo o centro serve-se de apenas 2 latrinas. Dada a exiguidade de espaço, o campo foi invadido pelo lixo, o que tem causado muita malária, diarreias, doenças respiratórias, sarnas e tuberculoses. " É assim que de 3 mortes mensais há 4 anos, temos hoje um quadro péssimo, reflectido em 3 mortes semanais", afirmou o director do centro.

5.2 Roberto de Almeida afirma que 2005 será o ano da consolidação da paz

jornal de Angola....31-12-2004

O Presidente da Assembleia Nacional, Roberto Almeida, afirmou ontem, em Luanda, que no próximo ano se vai trabalhar para a consolidação da paz e reconciliação entre os cidadãos.

Roberto de Almeida falava ontem à noite na cerimónia de cumprimento de fim de ano ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no jardim do Palácio Presidencial da Cidade Alta.

"Dois anos decorridos sobre a data do restabelecimento da paz, é reconfortante constatar que este ideal con-

tinua a merecer o respeito de todos e a cada dia se fortalecem mais o sentimento de fraternidade, solidariedade a reconciliação entre cidadãos da mesma pátria", disse.

O presidente da Assembleia Nacional enalteceu as conquistas dos angolanos José Sayovo, Marcelina Kiala, Akwá, Flávio Amado, Elisa Weba, Jean Jacques da Conceição e muitos outros, no campo das competições desportivas que honraram a bandeira rubro negro e amarela, dando muita alegria ao povo, a par de várias realizações nos planos político e económico.

"2004 Foi um ano de novas conquistas, muito trabalho e perseverança em que Angola continua a trilhar o seu caminho em busca do progresso, mais justiça e dignidade para todos os seus filhos", afirmou.

Ele indicou que nesta tarefa sobressaem a "sábua condução do Presidente José Eduardo dos Santos, que tem permitido ao país avançar com segurança, não obstante as contrariedades e obstáculos que muitas vezes se levantam".

Roberto de Almeida, brindando ao novo ano que se avizinha, augura que em 2005 os angolanos possam ver concretizados os sonhos de ver o país "a galgar a passos largos para o desenvolvimento, transformando-se num país bom para se viver".

Estiveram presentes na cerimónia de cumprimentos de fim de ano ao Presidente da República, além dos membros do Governo, presidentes de partidos políticos, altas patentes das Forças Armadas Angolanas, representantes Da sociedade civil e de igrejas.

6 TERRA E HABITAÇÃO

6.1 Gala teatral sobre a Lei de Terras realiza-se sexta-feira no teatro avenida

Jornal de Angola....01-12-2004

Reflectir sobre a urgência da elaboração do regulamento da Lei de Terras, para que esta seja um instrumento de garantia à justa aplicação dos articulados da lei, é o objectivo de uma gala de teatro a realizar-se sexta-feira às 19h00 no Teatro Avenida.

A informação foi avançada à Angop pela oficial de advocacia e informação da Rede Terra, Manuela

Mangueira. O espectáculo contará com a participação do grupo teatral Julu, dos músicos Calo Pascoal, Toya Alexandre e do grupo coral Alfa Ómega.

Pretende-se ainda chamar a atenção da sociedade, entre os quais parlamentares e outras instituições públicas e privadas, sobre as inovações que a nova lei de terra consagra sobre os cinco direitos fundamentais na perspectiva fundiária: direito de propriedade privada, de superfície, de domínio útil consuetudinário e de ocupação precária.

É finalidade da organização fazer com que as famílias e as comunidades conheçam os princípios que consagram a defesa e protecção dos seus direitos sobre a Lei de Terras.

Esta é a primeira actividade do género organizada pela Rede Terra, um consórcio de organizações não governamentais ligadas a questão da terra e desenvolvimento rural, desde que a proposta de lei foi aprovada a 10 de Agosto deste ano pela Assembleia Nacional.

Apesar de ter sido aprovada já a Lei de Terras, tem sido frequente, nos últimos tempos, os casos de conflitos de terras, que envolvem fazendeiros, camponeses e criadores de gado.

Benguela, Huíla, Namibe, Cunene e Moxico são apenas algumas das províncias onde geralmente estes casos se têm dado com regularidade.

6.2 Governo confisca 17 prédios rústicos em Luanda

Jornal de Angola...06-12-2004

O Governo confiscou recentemente 17 prédios rústicos situados na cidade de Luanda e os destinou ao executivo desta província, devido à ausência injustificada dos seus proprietários por um 1 período superior a 45 dias, lê-se na edição número 72, 1ª série, de Setembro de 2004, do Diário da República.

Segundo os decretos inseridos no órgão oficial do Governo, o primeiro imóvel está descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 6511, a folhas 198, verso, do livro B-22 e inscrito a folhas 140, verso, do livro G-6, sob o nº 6189, a favor de João Morais Pardo de Oliveira, enquanto o segundo está descrito na mesma Conservatória sob o nº 11.438, a folhas 169, verso, do livro B-36 e inscrito a folhas 185 do livro G-11 sob o nº 12.103, em nome de José da Anunciação Loureiro. Na mesma Instituição encontram-se descritos os terceiro e quarto imóveis,

respectivamente, sob o nº 14.720, à folhas 90, verso, do livro B-46 e inscrito a folhas 178 do livro G-31 sob o nº 29.885, a favor de Armando da Silva Pereira, e o nº 8869, as folhas 115 do livro B-29 e inscrito a folhas 27, verso, do livro G-25 sob o nº 24.510, em nome de Julieta Rodrigues Porto Lavrador.

Os quinto e sexto prédios estão descritos, nomeadamente sob os nºs 38.834, a folhas 23, do livro B-105 e inscrito a folhas 103, verso, do livro G-28 sob o nº 27.133, em nome de Alberto Carlos de Araújo Santos, e nº 35.917, a folhas 30, verso, do livro B-97 e inscrito a folhas 24, sob o nº 26.600, a favor de António Costa. Na mesma Conservatória estão também descritos os imóveis sete e oito, designadamente sob os nºs 2827, as folhas 123 do livro B-13 e inscrito a folhas 184, do livro F-2 sob o nº 1791, a favor de António da Cruz Bonito, e 25.815, a folhas 180, verso, do livro B- 71 e inscrito a folhas 178 do livro G-31 sob o nº 29.884, em nome de Francisco Oliveira Cardoso.

O nono Imóvel está descrito sob o nº 2946, a folhas 182, verso, do livro B-13 e inscrito por transmissão a folhas 41, verso, do livro G-23 sob o nº 23.006, a favor de Guiomar Trindade dos santos, Maria Cacilda Santos Sarmento, Maria Fernanda Trindade dos Santos Faísca e Maria Lizete Trindade dos Santos Ideias.

O 10º prédio está descrito sob o nº 6452, a folhas 164, verso, do livro B-22 e inscrito a folhas 13, do livro G-6, sob o nº 5437, 3/4 a favor de Aureliano Marques de Oliveira e a folhas 56 do livro G-22, sob o nº 22.074, 1/4 de metade, respectivamente em nome de António Ribeiro, enquanto o 11º está descrito sob o nº 4869, a folhas 142, verso, do livro B-18 e inscrito a folhas 102, verso, do livro G-27 sob o nº 26.327, a favor de Cecília Augusto Mata da Cruz dos Santos.

Sob o número 45.327 está descrito na Conservatória do Registo Predial o 12º imóvel, a folhas 90 do livro B-123 e inscrito a folhas 92, verso, do livro G-33 sob o numero 31.154, a favor de Rogério Ciriaco do Nascimento. Por se verificar a descapitalização significativa dos seus legítimos proprietários, o Governo confiscou igualmente um prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 2181, a folhas 293, do livro B-11 e inscrito a folhas 20, do livro G-3, sob o nº 2049, a favor da Companhia de Agricultura de Organizações Pecuárias, S.A.R.L.

Pela mesma razão, confiscou os prédios sob os nºs 39.309, a folhas 75, verso, do livro B-106 e inscrito a folhas 115, verso, do livro G-23, sob o nº 23.438, a favor de imóveis de Angola, Limitada, e 216, a folhas 280, verso, do livro B-1 e inscrito a folhas 115, do livro G-7, sob o nº 7250, em nome da Pecuária Barra do

Kwanza.

A favor da sociedade Calumbífila do Norte de Angola e da Cooperativa Alegria pelo Trabalho, foram ainda confiscados os prédios rústicos inscritos respectivamente sob os n.ºs 46.061, a folhas 146, do livro B-125 e inscrito a folhas 162, verso, do livro G-34, sob o n.º 32.281, e 45.953, a folhas 76, verso, do livro B-125 e inscrito a folhas 98, do livro G-34 sob o n.º 31.021.

Os referidos decretos, da autoria dos Ministérios da Justiça e da Administração do Território, orientam: a Conservatória do Registo Predial de Luanda a proceder a inscrição dos prédios confiscados a favor do Estado. Todos os prédios ficam afectos ao Governo da província de Luanda, que a lhes assinalará o destino conveniente a dar no âmbito da gestão urbana.

6.3 Os Guetos invisíveis de Luanda

Angolense... 11-12-2004

Escondido em meio da opulência da zona urbana, ergue-se um sub mundo, onde a pobreza das casas de chapa, a terra batida e a falta de esgotos contrastam com as casas de luxo e o asfalto das vivendas de bairros como Miramar e Alvalade.

Há muito que os bairros pobres deixaram de ser exclusividade da zona suburbana, onde os populares estão habituados a imensidão de lixo, águas paradas, falta de energia eléctrica e de água potável. Um pouco por toda a cidade, fazendo fronteira com bairros luxuosos, crescem bairros habitados por pessoas de baixa renda.

A zona dos caminhos-de-ferro do Bungo, é uma das muitas onde se ergueu um bairro, que contrasta com as residências que o rodeiam. Tratam-se de duas zonas, muito próximos uma da outra, que foram baptizadas de “Cerâmica e Bungo”. Nesses locais, o cartão postal são os inúmeros amontoados de lixo, que tresandam por todo o bairro.

Sem outra alternativa, muitos petizes fazem das lixeiras o local preferido para as brincadeiras. “As crianças já estão habituadas a brincar no lixo”, justificou Artur da Silva, 59 anos, olhando impávido e sereno para as correrias dos petizes. Contou que há mais de 20 anos reside no local, desde que abandonou a província de Malanje. “No princípio eram só algumas casas, agora vivem aqui mais de 2.000 pessoas”, explicou. Embora o bairro tenha crescido com o passar dos anos, as dificuldades foram aumentando na mesma proporção. A falta de energia eléctrica, que se faz sentir no local há

alguns meses é uma das preocupações, uma vez que os meliantes têm-se aproveitado da situação, para se embrenhar pelos becos e cometer atrocidades.

“A polícia nunca passa por aqui”, lamentou, desta feita, José Jamba, que há 15 anos habita uma das casas do local. Quando se fala em criminalidade na zona, um grupo de delinquentes que atende pelo nome de “Camulongo” é o mais citado como sendo o causador do clima de medo vivido no bairro.

“São jovens de outros bairros, mas fazem as suas acções aqui”, explicou ainda Jamba, para mais adiante revelar que dificilmente apagará da sua mente a imagem de um jovem que foi queimado recentemente pelos fora da lei. “Foi horrível”, acrescentou.

O excesso de lixo existente no bairro é outra das preocupações dos moradores, que em muitos dos casos são obrigados a passar por lixeiras, para abandonar o bairro. As opções para os que não quiserem passar pelas montanhas de resíduos também não são muito animadoras, pois exigem embrenhar-se pelas chamadas “Barrocas do Miramar”, um lugar evitado devido ao mau cheiro resultante dos dejectos humanos que superabundam na zona.

Outro sítio do género é bairro da Cahala, um bairro de casebres de chapas de zinco, que se acha na Rua Major Kanhangulo, no centro da cidade. Segundo a comissão de moradores, no local vivem mais de 300 pessoas, aglomeradas em tomo do que foi, na era colonial, a casa de um cidadão português.

Para além de servir de moradia para populares de baixa renda, muitos dos casebres são usados para acobertar a prática da prostituição, algo que tem deixado muitas famílias a beira de uma crise de nervos. “Muitas das jovens daqui estão envolvidas na prostituição”, garantiu uma moradora, agastada com a situação.

A zona pobre da “Congeral” engorda também a lista de bairros pobres surgidos ao redor da área urbana. As casas, erguidas ao longo do perímetro em que se acha uma antiga fábrica de óleo e sabão, abrigam mais de 2.000 famílias. “Aqui vivem pessoas de várias classes sociais”, disse um morador, que acrescentou mais adiante que o bairro alberga “quitadeiras, cozinheiros, drogados, prostitutas, gerais e estilistas”.

O bairro conta ainda com uma série de estabelecimentos comerciais, desde barbearias, bares e pequenas lojas, que funcionam ao redor do lixo e águas pútridas espalhadas pelo bairro. “É preciso que se mude esse quadro”, apelou um morador.

Grande parte dos moradores, segundo populares, fixou moradia na zona para fugir ao conflito armado que grassou o país durante muitos anos. A par das preocupações referentes a falta dos serviços sociais básicos na zona, segundo Beatriz Felipe, que há dez anos reside no bairro, a crescente onda de criminalidade tem tirado o sono aos populares.

“Muitos dos jovens não trabalham, por isso dedicam-se a venda de drogas e prática de crimes”, realçou. Tal como em muitos bairros do género, a prostituição e o consumo de drogas tomaram-se em práticas comuns no local, sem que os populares possam fazer algo para inverter a situação. Quanto a presença da Polícia Nacional, a existência de inúmeros becos dificulta sobremaneira uma acção permanente contra os marginais.

Entretanto, o mesmo realça que têm sido feitos esforços tendentes a melhorar a qualidade de vida das populações. “As casas estão devidamente numeradas e o Governo Provincial tem conhecimento da existência dos bairros”, frisou. Uma vez que diariamente nascem casas novas em locais, sem condições sanitárias, água potável e energia eléctrica, o drama vivido pelos populares poderá não conhecer fim tão cedo, pelo que pessoas como Beatriz terão que continuar a suportar a vida num bairro” esquecido no tempo e no espaço”.

6.4 Lar do Patriota lança casas em 2005

Jornal de Angola... 27-12-2004

A construção de casas sociais com um valor até dez mil dólares é a grande aposta da cooperativa habitacional O Lar do Patriota, para o ano 2005, segundo anunciou ontem o presidente da associação, António Henriques da Silva "Dinguanza".

Em entrevista à imprensa, o responsável disse que pretende-se com o projecto ajudar na resolução dos problemas de habitação com que se debate a população angolana mais carente.

António Henriques da Silva "Dinguanza" disse ainda que as casas sociais serão dirigidas aos sócios da cooperativa de baixa renda com um rendimento médio inferior a trezentos dólares.

Para tal, continuou, estão em curso conversações com bancos estrangeiros para o financiamento da construção de cerca de cem mil moradias. Neste momento, estão já cumpridos cerca de 25 por cento do projecto, tendo em conta as primeiras 1.500 casas para o espaço de 387 hectares", explicou.

Já o presidente do conselho de administração do Banco de Poupança e Crédito, Paixão Júnior, referiu que as conversações entre a sua instituição e os responsáveis da cooperativa estão no bom caminho para se encontrar uma linha de crédito que facilite a construção mais rápida de algumas casas.

Hoje foram entregues 25 casas à igual número de sócios da cooperativa, marcando deste modo, o reinício deste processo que esteve interrompido em 2003. Outros 25 sócios foram sorteados para iniciar a construção das suas residências no mesmo complexo. O cardeal Dom Alexandre do Nascimento fez ainda o lançamento da primeira pedra para a construção de uma igreja no complexo habitacional "Urbanização Harmonia" no prazo de um ano, cujo orçamento ronda os 600 mil dólares.

Por ocasião, o cônego Apolónio Graciano disse que esta é uma iniciativa louvável porque não se pode pensar apenas na questão humana mas também com o seu estado de espírito, visto que o país saiu de uma longa guerra e precisa de valores básicos que possam fortalecer a sua moral.

Criada em 2001, a Cooperativa O Lar do Patriota é uma iniciativa que vai de encontro aos programas do Governo, na satisfação das necessidades habitacionais das pessoas de diferentes estratos sociais, sobretudo em Luanda.

As suas casas estão divididas em três classes. A mais cara é a da classe A que custa 165 mil dólares, a do tipo B, 95 mil e a da classe C, orça em 55 mil dólares.

É condição inicial para a entrega, o pagamento de 20 por cento, através de prestações monetárias equivalentes a 100 dólares/mês, num período de 10 anos. A cooperativa O Lar do Patriota tem uma área existente de 387 hectares e em expansão outra de 900 hectares.